

Protocolo de colaboração

Celebrado entre

A Presidência do Conselho de Ministros,

O Ministério da Economia e do Emprego

e a Associação Nacional de Municípios Portugueses



Considerando que a sociedade portuguesa tem vindo a ser confrontada com uma crise económica e financeira, com reflexos no desenvolvimento da atividade económica e na criação de novas oportunidades de emprego;

Considerando que a aposta na qualificação dos portugueses constitui uma condição fundamental para a afirmação de uma estratégia sustentável de crescimento económico e de coesão social do país;

Considerando que a promoção das políticas de emprego e formação profissional assumem no atual contexto social e económico uma importância acrescida, enquanto instrumento de superação das situações de desemprego, de apoio à empregabilidade e de promoção da inclusão social;

Considerando que o sucesso de tais políticas requer o envolvimento de um conjunto mais alargado de atores estratégicos ao nível do desenvolvimento local, destacando-se aqui o papel das autarquias, quer na qualidade de promotoras da implementação das medidas de emprego e formação vigentes, quer na respetiva divulgação;

Considerando o Memorando de Acordo Celebrado Entre o Governo de Portugal e a Associação Nacional de Municípios Portugueses;

Considerando a necessidade de incentivar uma maior divulgação das medidas ativas de emprego e formação profissional geridas pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional,

I.P. (IEFP, I.P.), garantindo um mais amplo conhecimento por parte das entidades e dos destinatários;

O Governo, aqui representado pelo Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e pelo Ministério da Economia e do Emprego, e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) consideram que devem desenvolver esforços conjuntos no sentido de promover a melhor concretização dos objetivos e atividades contidos neste Protocolo.

Assim, é celebrado o presente Protocolo de colaboração institucional que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objetivo

É objetivo do presente Protocolo a promoção da melhoria das condições de empregabilidade, nomeadamente através da aquisição, por parte de desempregados, de novos conhecimentos e competências, através da divulgação, pela ANMP, junto dos Municípios, do programa Património Ativo e respectivas medidas, bem como do Protocolo de Cooperação Trabalho Social pelas Florestas, celebrado entre o Ministério da Administração Interna, o Ministério da Economia e do Emprego e o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Cláusula 2ª

Modalidades de Cooperação

1. O presente Protocolo visa a cooperação entre o IEFP, I.P. e a ANMP no âmbito das competências específicas de cada um.
2. As atividades dinamizadas ao abrigo do presente protocolo regem-se pelos regimes jurídicos que regulam as correspondentes Programas e em função das candidaturas que venham a ser aprovadas.

Cláusula 3ª

Participação da ANMP e das autarquias

A ANMP vincula-se a:

- a) Estimular e apoiar a participação dos seus associados na utilização destes programas;
- b) Divulgar os programas abrangidos pelo presente Protocolo junto dos seus associados;
- c) Acompanhar a implementação dos programas respetivos.

Cláusula 4ª
Participação do Governo

O Governo compromete-se a:

- a) Adaptar o regime de comparticipações do IEFP, I.P. previsto no Protocolo de Cooperação Trabalho Social pelas Florestas ao regime previsto no Programa Património Ativo;
- b) Realizar e dinamizar uma campanha de informação sobre o presente Protocolo e respetivos programas;
- c) Fornecer os materiais necessários às ações de divulgação a desenvolver pela ANMP e autarquias;
- d) Participar, sempre que para tal solicitado e de acordo com os recursos financeiros disponíveis, nas ações desenvolvidas pela ANMP e autarquias;
- e) Prestar consultadoria na execução e desenvolvimento de projetos e ações que prossigam os objetivos deste Protocolo.

Cláusula 5ª
Acompanhamento

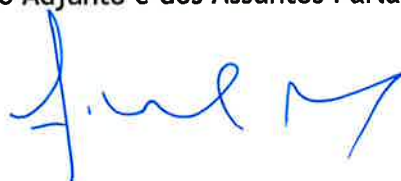
1. Os signatários cooperam no acompanhamento regular da implementação e execução das medidas abrangidas pelo presente Protocolo.
2. Para efeitos de acompanhamento é criada uma Comissão de Acompanhamento constituída por um representante de cada um dos membros do Governo signatários e um representante da ANMP, sendo presidida por um dos representantes do Governo.
3. A Comissão de Acompanhamento reúne com periodicidade trimestral, devendo ser elaborado um relatório intercalar no final do 1.º semestre de cada ano e um relatório anual.

Cláusula 6ª
Vigência

O presente Protocolo tem a vigência de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos enquanto as partes tenham interesse na sua continuidade e cessando por proposta da Comissão de Acompanhamento.

Assinado em Lisboa, em 21 de janeiro de 2013, em três exemplares originais.

Pela Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa
O Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares



Miguel Miranda Relvas

Pelo Ministério da Economia e do Emprego
O Ministro da Economia e do Emprego



Álvaro Santos Pereira

Pela Associação Nacional de Municípios Portugueses
O Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses



Fernando Ruas